

Margarida Calafate Ribeiro. *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

Phillip Rothwell

Margarida Calafate Ribeiro's *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo* is a landmark in Lusophone studies. It combines profound erudition with superlative clarity, weaving together sociological theories of Portugal's imperial ambivalence and first-rate readings of canonical texts from Camões through to the present day. The sheer breadth of the book's scope is enough to make it essential reading for any serious scholar or student in the fields of Portuguese, Brazilian, or Lusophone African literary studies, as well as those who welcome innovative interpretations of the shadows and mirrors that structure Portugal's colonial and postcolonial unconscious.

Ribeiro begins her journey through the Portuguese cultural imaginary by interrogating the multiple inflections of Portugal as both center and periphery, running this enlightening line of interrogation through the rest of her book. She reads all the cornerstones of Portugal's historiography—from the most celebratory to the most pessimistic—as symptoms or reflections of Portugal's rather schizophrenic imaginary, which was constantly buffered by loss and vacancy or compensatory imperial imaginations deployed to conceal lack.

Ribeiro traces the cultural manifestations of Portugal's sense of marginal identity at the corner of Europe and as an empire whose center shifted both literally and figuratively to the outskirts of the imperial realm. She offers a seamless narrative that sweeps her reader along from the ambiguous inception of the cultural component of Portuguese imperialism through the loss of Brazil and the Ultimatum shock into the truly intransigent and self-deluding phase of Portuguese

imagination triggered by an entrenched New State cloaked in the convenient rhetoric of lusotropicalism. She draws five centuries worth of Lusophone literary statesmen and women from all corners of the globe into her analysis, building up to close readings of four key works that were produced through the experiences of the Lusophone African wars for independence by Portuguese authors who characterize Portugal's moment of transition into a postcolonial imaginary, when the reality of a lost empire and a displaced and disembodied metropolis finally hit home. The four texts are António Lobo Antunes's *Os Cus de Judas*; João de Melo's *Autópsia de um Mar de Ruínas*; Manuel Alegre's *Jornada de África*; and Lídia Jorge's *A Costa dos Murmúrios*. Having laid an impressive theoretical framework in the earlier chapters of her book, Ribeiro teases out the subtleties and cultural resonances in these texts, contextualizing where necessary.

The only complaint I have is really a complaint against the conventions of academic books published in Portugal: it lacks an index. Ribeiro covers so much so well that *Uma História de Regressos* will become an invaluable source of reference as well as analysis for any postcolonial study of Portugal or any future work about the literature of the colonial war. The bibliography Ribeiro provides is extensive, yet highly relevant. She maintains an inquisitive and critical tone throughout the volume, opening up literary studies in Portugal through a deft and appropriate use of postcolonial theories and a profound sensitivity to literary texts. For her first single-authored book, *Uma História de Regressos* is already a magnum opus and an essential read that marks a change in the way Portuguese literary studies tackles the recent and yet simultaneously distant past.

Phillip Rothwell is Associate Professor of Portuguese and Lusophone African Studies at Rutgers, New Brunswick. He is author of *A Postmodern Nationalist: Truth, Orality and Gender in the Work of Mia Couto* (Bucknell University Press, 2004) and co-editor with Hilary Owen of *Sexual/Textual Empire: Gender and Marginality in Lusophone African Literature* (Bristol University HIPLA Series, 2004).

Margarida Calafate Ribeiro, Uma História de Regressos, Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo, Porto, Edições Afrontamento, 2004, 464 páginas.

Uma História de Regressos, Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo, de Margarida Calafate Ribeiro, traz-nos um olhar sobre a história de Portugal, visto sobretudo a partir da produção literária — e também política —, através da análise da relação simbólica entre Portugal e o seu império num período alargado de tempo que vai desde os Descobrimentos até ao período pós-colonial.

Na introdução a autora justifica a escolha de alguns conceitos de Boaventura de Sousa Santos, como o de «imaginação do centro». Em sua opinião, «a dimensão simbólica da política portuguesa que conduz à elaboração de uma imagem de Portugal como centro» realizou-se «através do império», encobrendo uma «imagem portuguesa ligada à sua realidade vivencial de periferia que ‘imagina o centro’» (p. 12). Essa imagem, ponto de partida da análise, teria origem no período dos Descobrimentos, de que «*Os Lusíadas* são o espelho textual», e que, no imaginário imperial português, «se expande e transfere do Índico para o Atlântico e para as visões do Quinto Império do Padre António Vieira» (*ibid.*). A autora utilizou e adaptou a expressão «imaginação do centro», e o conceito nela contido, e rebaptizou-a por «o império como imaginação do centro», que é o conceito condutor do livro. Por outro lado, inspirou-se no pensamento de Eduardo Lourenço sobre a identidade portuguesa «tendo como epicentro de análise o registo literário» (p. 15). Na sua abordagem foram ainda importantes o conceito clássico de *translatio imperii*, isto é, «a ideia de que o centro do império [...] se vai transferindo, ou ‘transladando’, de um lugar para o outro» (*ibid.*), e o que se tem designado por teoria ou estudos pós-coloniais.

O livro divide-se em quatro capítulos. No primeiro analisam-se as imagens de centro e as imagens de periferia, enfatizando-se dois pontos-chave: «Portugal, a Europa e o centro» e «Portugal, o império e o centro». Foram as descobertas que trouxeram o levantamento da questão da identidade num encontro do qual saiu valorizado o europeu e uma Europa encarregue de pôr em acção uma «missão civilizadora» cristã. Posteriormente, na «Era dos Impérios (1875-1914)», como a designou Eric J. Hobsbawm, o olhar europeu sobre África foi alargado e aprofundado pelas teorias científicas do século XIX que tentaram organizar, sistematizar e hierarquizar todos os seres humanos, inclusivamente através do racismo científico. Como resultado, a diferença entre «eles» e «nós» foi hiperbolizada e tal justificava um olhar da Europa sobre a África. Como refere a autora, a África deu à Europa a «dimensão imperial moderna de que ela necessitava» e o «lugar ideal para onde transferir os conflitos que à data se faziam sentir» (pp. 23-24).

Por toda a Europa oitocentista surgiram sinais do «competitivo imperialismo» e uma literatura que exemplificava a celebração dessa centralidade. Neste contexto, porém, Portugal era «uma nação imperial decadente e esvaziada, vítima da sua dependência do Brasil, entretanto perdido, e de um país distante da Europa», que surgia «num espaço de fronteira [...] entre a sua herança histórica espalhada pelo mundo e a periferia europeia» (p. 26).

Na parte intitulada «Portugal e a imagem de centro», *Os Lusíadas* são assumidos como «o discurso fundador da identidade de uma pátria em expansão» e o símbolo da «gloriosa voz onde a imagem nacional e a imagem imperial se fundem» (p. 40). No que respeita às «imagens de Portugal imaginando o centro», destaca-se a expedição do rei D. Sebastião a Marrocos e a derrota de Alcácer-Quibir. Segundo a autora, é este episódio que traz «o maior fantasma e a maior fantasia da mitologia portuguesa» e nele se concentra «a mais profunda imagem de Portugal como periferia — na imagem da nação chegada ao fim — e a mais exorbitante imagem de centro, pela possibilidade de reimaginar a nação desejada, consubstanciada na miragem de ‘voltar a ser’» (p. 41). Entre as «imagens de periferia» surgem também a dependência dos ingleses e a mudança do centro imperial para o Brasil.

No segundo capítulo, intitulado «Identidade, imagem e império africano no imaginário político-literário dos séculos XIX-XX»¹, a autora reflecte sobre o conceito de «império como imaginação do centro», desde «o Portugal esvaziado entre o Brasil e a África até às novas rotas da imaginação do centro traçadas pelo isolamento estado-novista» (p. 19). Dos textos mais celebradores aos mais pessimistas, todos vão tentando preencher uma lacuna, que a história tinha deixado, à custa dos imaginários imperiais. Com o virar para África procurava-se criar outro império que poderia vir a ser mais poderoso do que o do Brasil. Contudo, entre outros factores, a África era «objecto de disputa entre Portugal e a sua ex-colónia da América do Sul, que há muito dominava os territórios de Angola e controlava alguns portos de Moçambique» (p. 56). Neste contexto surgem discursos, sobretudo elaborados por historiadores e escritores, acerca da existência ou não da nação portuguesa. Tanto a ideia de Alexandre Herculano de que Portugal era uma colónia do Brasil, retomada depois por Oliveira Martins, como a «irrealidade e a falta de empenho evidente» (p. 63) dos políticos no projecto africano, retratadas por Eça em *Os Maias* (1888), assim como os males da escravatura e o equacionamento da venda de colónias, contribuíam para uma imagem de Portugal como periferia europeia.

¹ É este o título que figura no índice e na p. 55. Porém, na introdução o título é citado de forma diferente: «O império como imaginação do centro — identidade, imagem e império africano no imaginário político-literário do final do século XIX e do século XX» (p. 19).

Apesar de considerada por alguns um «império teórico», a África vai tornar-se alvo de estudos e de viagens de exploração, promovidos pela Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), dos quais resultaram várias publicações e debates. Neles vai denotar-se «a recuperação da imagem de Portugal como centro, via império africano» (p. 76). Contudo, figuras como Oliveira Martins, entre outros, perceberam que Portugal só seria uma potência em África se o fosse na Europa. Para os homens da geração de 70, o *ultimatum* (1890) foi a «grande humilhação necessária para acordar a nação de um sono de três séculos» (p. 86) e «a razão da existência portuguesa era ter sido» (p. 99). Na p. 98 a autora fala pela primeira vez directamente em «regressos» e começamos a perceber melhor a razão do título do livro. O regresso de Gonçalo, personagem principal de *A Ilustre Casa de Ramires*, de Moçambique é «um regresso das terras imperiais ao Portugal metropolitano, mas também um regresso à terra original, provinciana, e aos seus valores sociais e políticos arcaizantes».

Durante o período do Estado Novo assiste-se a uma afirmação da «aventura imperial portuguesa» e da «vocação ecuménica cristã dos portugueses para civilizar e evangelizar» (p. 120). A divulgação da imagem de Portugal como uma potência colonial é promovida nos manuais escolares e através de iniciativas como as da Agência Geral das Colónias (AGC) e da SGL, os filmes e os documentários, a rádio, os concursos literários, os cruzeiros de estudantes às colónias e a participação em exposições e congressos nacionais e internacionais. Contudo, apesar desta propaganda, Portugal não se tinha tornado a terceira ou a quarta potência mundial tantas vezes apregoada, embora fosse no império que se considerava estar inscrita a grandeza da nação. A Exposição do Mundo Português (1940), exemplo da criação de uma «comunidade imaginada», reflectiu essa cumplicidade e, como referiu a autora, a «legitimação das políticas do presente pela evocação do passado» (p. 127). Para Salazar, essa exposição era uma demonstração do que era «ser português».

Também através da literatura, e de alguns contos e poemas, se procurou divulgar «o mundo português», normalizando-o, ao instituir um concurso literário a cargo da AGC. Até aos anos 50 os romances premiados tinham algumas vezes pouco valor literário, mas representavam a reencarnação da ideologia salazarista. Neste conjunto, porém, a autora destaca a obra de Castro Soromenho pelo facto de as suas descrições corresponderem a «uma outra África, desconhecida do mundo branco», onde as personagens «agem, pensam, sentem, vivem» e onde os africanos não fazem apenas parte do cenário da paisagem (p. 142). Com a obra *Natureza Morta* de José-Augusto França (1949) a África optimista do Estado Novo é também desmistificada, nomeadamente com as críticas aos colonos que iam à procura de oportunidades em África.

As mudanças vieram sobretudo no início dos anos 50. Primeiro, com a revisão constitucional de 1951, que revogou o Acto Colonial, e, depois, com a integração das teses luso-tropicalistas de Gilberto Freyre. Portugal deixa de surgir como um território constituído pela metrópole e pelas colónias, um conjunto ocupado por várias raças distintas entre si, para passar a ser descrito como um território pluricontinental, onde as colónias se designam por «provincias ultramarinas», e plurirracial, deixando a mestiçagem de ser vista como uma ameaça e passando a ser encarada como necessária e legitimadora da colonização portuguesa. Porém, o luso-tropicalismo foi mormente o discurso «de salvação de uma ideologia e de um regime» (p. 165) — os impulsionadores da guerra que trouxe o fim de uma ficção e o início do caminho de regresso do império imaginado.

No terceiro capítulo é dada voz a textos que evidenciam o lado da história trágico-marítima dos Descobrimentos. Para a autora, José Bação Leal, Assis Pacheco e Manuel Alegre parecem «sintetizar as várias maneiras como foi possível aos poetas da ‘hora urgente’ dizer o que se passava em África, mostrando que o centro estava a deslocar-se para a periferia» (p. 230). As margens e os naufrágios apresentados vão ser as imagens-epitáfios que constituem o prenúncio da queda do império e o desastre da guerra. O «centro» começou a ser questionado e iniciou-se o fim de um tempo, de um império, de uma identidade nacional e de uma moralidade nacional e familiar. Emerge alguma literatura sobre a guerra colonial e alguns textos de autores ligados aos movimentos de libertação das colónias. Os sectores estudantis manifestam-se, pondo em causa o ensino, o regime, a vocação imperialista e a guerra. Nos anos 60 e inícios dos anos 70 muitos jovens portugueses tiveram de optar entre a guerra e o exílio/emigração, uma geração ilustrada pela poesia de Manuel Alegre como «destinada à exportação: da universidade para a guerra ou para o exílio, da pobre aldeia para os matos africanos ou para os *bidonvilles* de Paris» (p. 194).

Com a guerra colonial aumentam os regressos ao cais de partida, embora por diferentes motivos (hospital psiquiátrico, prisão, reabilitação, cemitério, entre outros). Não era possível uma aproximação institucional à Europa enquanto não houvesse uma reforma democrática e uma resolução pacífica da guerra, o que só aconteceu com o 25 de Abril. Resta dizer que o colonialismo não foi um movimento de sentido único. Tanto os países colonizadores como os países colonizados foram mutuamente influenciados e reestruturados. Contudo, é só a partir da descolonização e do país regressado à origem que se começam a traçar as novas relações. Após 1974 surgem textos onde de novo se explora a questão da identidade portuguesa. E seria no «regresso das margens» que essa questão se iria colocar de forma mais diversificada. Estamos a falar dos «emigrantes chegados de países europeus», dos «soldados vindos das ex-colónias», dos exilados que re-

gressaram do estrangeiro e dos «retornados» (p. 235). Para todos os «regressados», Portugal era um «país imaginado» (*ibid.*).

Posteriormente, a «imaginação do centro» deixa de ser feita através do império para ser feita através da Europa. O período pós-colonial passou por várias fases: a nova lei da nacionalidade (1981), que privilegiava os laços sanguíneos, a entrada de Portugal na Comunidade Europeia (1986) e a criação e institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996). Num mundo agora globalizado, Portugal ia negociando a sua posição. Foi nesse contexto que as histórias do passado e o seu ajuste de contas no presente foram revelados através da literatura, um meio privilegiado de exorcizar os fantasmas, de libertar as angústias e de denunciar situações trágicas, que teve a «genérica função de reparação moral, individual e colectiva» e que ligou os «processos de desterritorialização e reterritorialização» (pp. 251-253). Segundo a autora, as narrativas de guerra e as de regresso são «elementos de reflexão sobre o modo europeu/português de estar em África» e são «indispensáveis para entender o modo de estar hoje em Portugal» (p. 256). Por essa razão, e tendo o cuidado de demarcar o seu trabalho de estudos anteriormente realizados, dedica o quarto e último capítulo, intitulado «Leituras», à análise de trabalhos literários sobre a guerra colonial publicados depois do 25 de Abril.

Os textos escolhidos são *Os Cus de Judas*, de António Lobo Antunes (1979), *Autópsia de Um Mar de Ruínas*, de João Melo (1984), *Jornada de África*, de Manuel Alegre (1989), e *A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge (1988). Este é o capítulo mais longo, mas também o mais descritivo, no qual a autora vai contextualizando, quando necessário, e incluindo alguma teoria, mas cujo principal objectivo parece ser o de mostrar o conteúdo dos textos que denunciam o modo como o «Portugal-centro-periferia é desfeito, mantido ou reimaginado» (p. 19). No entanto, vai recorrendo a outros autores que já reflectiram sobre estas obras e reconhece o contributo de tais leituras para a sua análise. Ao mesmo tempo estabelece comparações entre as quatro obras. A autora detém-se mais tempo com *A Costa dos Murmúrios*, que relata a vida das mulheres na guerra, não no quartel nem no mato, mas em casa ou no hotel, numa atitude, sobretudo, de espera. Todavia, esta é parte do livro que tem mais ritmo, revelando um texto que pretende «dar visibilidade ao lado invisível da história, aparentemente traçada pelos homens, mas onde está a mão cúmplice ou subversiva da mulher» e aos vários murmúrios, «pela voz de mulheres» (pp. 371-375). Todas as quatro obras terminam de uma forma nostálgica e melancólica, onde a África surge como o espelho de um Portugal limitado e amordaçado. O império estava a perder-se e o corpo desmembrado chegava, finalmente, a casa.

As narrativas de regresso redimensionam então o «último naufrágio português» e levam-nos a pensar sobre um novo discurso de identidade. Porém, a própria identidade portuguesa pós-colonial tem vindo a definir-se num jogo

de equilíbrios entre os destroços do império e os caminhos que se abrem com a Europa e, como temos assistido ultimamente, mesmo em termos económicos e políticos, é sobre algumas continuidades imperiais que assenta o projecto europeu e a sua relação com a África. Na verdade, o tema do «império» continua a fazer parte das conversas e dos discursos de muitos portugueses, assim como das agendas dos investigadores. Além disso, no âmbito dos estudos sobre a história recente de Portugal, e não só, é um tema incontornável.

Da leitura do texto registámos alguns pequenos lapsos. Por exemplo, apesar de na p. 68 referir que a obra *O Brasil e as Colónias Portuguesas* é de 1881, na p. 80 refere que foi publicada em 1880, o que está correcto, pois é essa a data original. Ainda a respeito de Oliveira Martins podia ter destacado a diferente visão deste historiador relativamente às colónias na década de 80 e na década de 90 do século XIX. Quanto ao modo como apresenta o argumento — o império e a sua intransigente manutenção foram sempre o escape a uma vivência de periferia —, a autora parece, por vezes, partir do pressuposto da condição de periferia e de ideias que remetem para a melancolia e para a perda, parecendo conduzir o seu trabalho em busca de provas para demonstrar essas pressuposições. Para além de ao longo do texto concordar quase sempre com o que dizem os autores que estudaram os temas que analisa, alguns são equiparados a outros, referidos de forma idêntica ou como se todos estivessem ao mesmo nível de abordagem. Deveria ter existido uma maior preocupação em diferenciá-los, pois, embora todos escrevam sobre as suas preocupações relativamente a Portugal, são muito diferentes entre si: romancistas, políticos, poetas, historiadores, etc. Isso acontece, por exemplo, na p. 88 e também na p. 100, onde compara uma obra literária (que mistura realidade e ficção) com um estudo histórico, baseada nos dados empíricos que ambos lhe fornecem. O que alguns deles têm em comum, sobretudo aqueles a que se refere no segundo capítulo, mas não todos, é a evidência de quererem fazer ressurgir Portugal pela sua vocação imperial. Dado o tema do trabalho, poderia ter existido também uma definição de memória. Ao longo do texto são utilizadas várias expressões poéticas e percebemos que são a poesia e a literatura as grandes inspiradoras do texto e que a autora tem um conhecimento profundo das mesmas. Essa aura literária, aliás, cativa-nos para a sua leitura. No entanto, o texto vai algumas vezes atrás para chegar ao fim e às conclusões. Por essa razão, talvez pudesse ser um pouco mais sucinto. A sua extensão sugere-nos ainda que deveria ter constado do trabalho um índice mais pormenorizado dos pontos a tratar.

Como pontos fortes do livro destaca-se a escolha do tema — a história do império colonial e o pós-colonialismo —, pois, apesar de não existir um consenso científico relativamente à leitura de «periferia» que a autora faz,

trata-se de um tema que continua a suscitar discussões. É de salientar a exaustividade e a diversidade dos materiais analisados. A bibliografia é vasta e totalmente pertinente. O texto está bem escrito, numa linguagem acessível, não hermenêutica, seguindo uma escrita escorreita. A forma correcta como a autora utiliza os dados históricos, a literatura e alguns conhecimentos das ciências sociais torna este trabalho de grande utilidade para qualquer dessas áreas. Será uma leitura fundamental para investigadores e estudantes devido à sua abrangência, à forma como está contextualizado historicamente e às suas interpretações que beneficiaram dos conhecimentos das ciências sociais, contribuindo para melhor elucidar alguns temas que, embora já conhecidos e tratados noutros livros, continuam a ser debatidos.

PATRÍCIA FERRAZ DE MATOS

Doutoranda no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Kúma, 13, Aprile 2007

Margarida Calafate Ribeiro

Uma História de Regressos: Imperio, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo

Porto: Edições Afrontamento

2004

Il lavoro di Margarida Calafate Ribeiro interroga l'intera produzione letteraria portoghese sulla questione dell'identità lusitana all'indomani della tragedia della guerra coloniale in Angola (1961-75) e della Rivoluzione dei Garofani (1974) che ha portato alla caduta della dittatura salazarista. Prendendo le mosse dall'attuale difficoltà di posizionamento del Portogallo rispetto all'Europa e all'ex-impero coloniale, la studiosa propone una rilettura inedita del percorso letterario e storico, facendo dell'esperienza di questo piccolo paese all'estremo Occidente del vecchio continente una via possibile della decolonizzazione, proprio mentre è anche via verso una ricollocazione all'interno dell'Europa e verso il reperimento di un'identità che sia finalmente praticabile. I quattro capitoli seguono cronologicamente il percorso letterario della produzione portoghese, anche quando esso si è sovrapposto alle letterature dei paesi ex-colonie. Il primo capitolo "Onde a Terra Acaba e o Mar Começa: Imagens de Centro e Imagens de Periferia", ripercorre gli albori della letteratura portoghese dall'epoca delle grandi scoperte e segue il disfacimento dell'impero e il marginalizzarsi della posizione del Portogallo nella scacchiera europea centrando l'analisi sulla produzione di Camões e di Padre António Vieira. Nel secondo, "Identidade, Imagem e Imperio no Imaginário Político-Literário dos Séculos XIX-XX", la studiosa osserva il Portogallo a cavallo fra gli ultimi due secoli nel difficile e traumatico distacco prima dal Brasile, che raggiunse l'indipendenza all'inizio dell'Ottocento (1822), poi nella lenta agonia del colonialismo africano: dalla corsa europea al continente nero alla fine dell'Ottocento, agli anni della dittatura salazarista fino alla guerra di liberazione delle colonie africane e alla relativa caduta del regime fascista. Il terzo capitolo, "Epitáfio para os Impérios: do Lenho e dos Barcos Nafragados", riprende il complesso rapporto con l'Africa come fuga dalla periferia europea e come diametricale dislocazione del proprio spazio auto-immaginario: qui il margine e il naufragio sono immagini-epitaffio che preannunciano e raccontano la caduta dell'impero fino al dramma della guerra coloniale. L'ultimo capitolo, "Leituras", propone quattro testi di autori portoghesi sulla guerra coloniale, ossia *Os Cus de Judas* di António Lobo Antunes, *Autópsia*

de um Mar de Ruínas di João de Melo, *Jornada de África* di Manuel Alegre e *A Costa dos Murmúrios* di Lídia Jorge.

Se nel mito dell'impero coloniale – ossessione costante della letteratura lusitana – la studiosa individua il bisogno di riscatto da una posizione periferica (geografica e politica), giocata dal Portogallo nello scacchiere europeo, è proprio il meccanismo di questo rifugio nell'immaginario che si interrompe con il definitivo disfarsi dell'impero di fronte alla tragedia della guerra in Angola. La dislocazione identitaria in uno spazio-tempo lontano (l'impero) e futuro (il successo del progetto imperiale e il conseguente riconoscimento del Portogallo come stato-nazione forte e centrale) non è più possibile ed è necessario recuperare una dimensione cronotopica in grado di dialogare con l'urgenza della realtà storica. Così Margarida Calafate Ribeiro propone di pensare al Portogallo come una “semiperiferia che si immagina centro”¹ e che si immagina centro proprio quando fa esperienza della periferia, ossia della propria posizione marginale e subalterna in Europa. L'impero, quindi, diventa auto-rappresentazione attraverso la quale operare la fuga da una posizione e da una condizione scomode e avvilenti: l'immagine iniziale di conquistatori si trasforma in un'idea-memoria in cui l'impero è il riflesso di un tempo glorioso che può essere perpetuato solo da un discorso letterario che perda la sua referenza territoriale e che possa trasfigurare le tragedie di un popolo in epopea. “La ricerca di quella immagine sognata di patria-impero, dispersiva e universalistica, immaginata nel Quinto Impero di Vieira e Pessoa, politicamente e storicamente idealizzata dalle elites politiche dell'impero africano, era il riflesso del trauma dell'incompiutezza della missione che dall'inizio della decadenza portoghese sarebbe rimasto impresso nella mitologia nazionale come il miraggio di “tornare ad essere”. In questo miraggio di “tornare ad essere” risiede il senso di tutte le rigenerazioni, i rinascimenti, i risorgimenti e le resurrezioni patrie e si comprende la ricorrenza dell'immagine dell'impero affinché la nazione potesse “immaginare il centro”².

Ma è proprio nella fragilità del progetto coloniale portoghese - definito come “colonialismo semiperiferico” o “colonialismo subalterno”³, simile al modello francese per certi versi e allo spagnolo per altri - che la studiosa individua la sua peculiarità. L'Africa è lo specchio che riflette il volto silenzioso e senza maschere del Portogallo e solo l'avventura africana può riconsegnare alla metropoli uno sguardo che, abituato all'abisso e alla cecità della brutale violenza della dominazione, è pronto a cogliere le ombre e l'opacità della realtà portoghese. E proprio nel tempo di un disegno coloniale anacronistico e paradossale,

l'esperienza di sé all'estremo della periferia imperiale durante il conflitto in Angola restituisce le sorti lusitane ai limiti dei propri confini geografici, storici e umani.

Nella letteratura della guerra in Angola, che la studiosa ci racconta attraverso quattro straordinari e dissimili romanzi, ci troviamo d'un tratto di fronte a cadaveri reali e non più solamente immaginati (come nella prosa di Eça de Queiroz o nella poesia di Oliveira Martins o di Pessoa). L'immagine della carcassa senza vita diventa qui il simbolo del corpo di una nazione in via di decomposizione e il suicidio, tema ricorrente di questa produzione letteraria, è l'estrema metafora di un paese che smette di "essere", lasciando i personaggi in un tempo sospeso, tra vagheggiamenti di un futuro da costruirsi senza presente e l'immagine di un passato che si vuole dimenticare, ma non si può dimenticare. D'altra parte, però, Margarida Calafate Ribeiro individua nell'esercizio della scrittura anche una pratica terapeutica e catartica capace di rfigurare l'esperienza dell'ultimo naufragio portoghese, dell'estremo ritorno dalla periferia imperiale. I romanzi, nella lettura dei quali la studiosa ci accompagna, descrivono questo movimento, dalle rovine dell'impero verso una possibilità nuova e inedita di pensarsi e immaginarsi nel mondo e nei propri confini.

Il lavoro, quindi, si fa carico non tanto di un compito, quanto della necessità di interrogarsi da capo sulla complessità dell'esperienza lusitana rimettendola in gioco attraverso un percorso rinnovato nella letteratura. Se caratteristica e marca fondamentale dell'auto-immagine portoghese è il sogno di una vita al di là dell'Oceano e al di là della ristrettezza del presente, sogno tramutatosi nel delirio della conquista coloniale, ciò che fa problema è come restituire un tempo, o meglio, una contemporaneità a questa velleità immaginifica e anacronistica così da avere un futuro finalmente pensabile, ossia come fare di questo ritorno nei confini schiacciati fra invadenze continentali e possibilità oceaniche un progetto di riscatto nazionale. Non si tratta tanto di una revisione storica, quanto di una risignificazione attuale del mito portoghese in cui i fantasmi del passato possano farsi poetica – vera e propria poetica della decolonizzazione - mantenendo una carica instabile a garanzia del rischio di ricadere nella miopia del sogno imperialista, riadattato su dinamiche paternalistiche e neocolonialiste. Margarida Calafate Ribeiro segnala, in conclusione, proprio il pericolo di una retorica di redenzione rispetto al vissuto imperiale troppo vicina a un linguaggio del passato inesorabilmente segnato dal percorso che ha portato alla tragedia della dominazione e della guerra. Il lavoro termina quindi senza conchiudersi, ma conservando, come un invito, un'attenta preoccupazione, che è anche costruttivo sospetto, sulle nuove direzioni della politica sociale portoghese.

Note

1 Margarida Calafate Ribeiro, *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto, Edições Afrontamento 2004, p. 13.

2 “A busca dessa imagem de pátria-império sonhada, dispersa e universalista, imaginada no Quinto Império de Vieira e Pessoa, política e historicamente idealizada pelas elites políticas no império africano, era o reflexo do trauma da incompletude da missão que desde o início da decadência portuguesa ficaria marcado na mitologia nacional como a miragem de “voltar a ser”. Nessa miragem de “voltar a ser” reside o sentido de todas as regenerações, renascimentos, ressurgimentos e ressuscitações pátrias e se compreende a recorrência da imagem de império, para a nação “imaginar o centro””, Margarida Calafate Ribeiro, *op. cit.*, p. 423.

3 *Ivi*, p. 18.

O longo ensaio *Uma História de Regressos – Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo* império mundial, ou apenas a periferia da Europa? Talvez as duas coisas. E desconfia

‘Com a Guerra Colonial

TORCATO SEPÚLVEDA

“Uma História de Regressos – Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo”, de Margarida Calafate Ribeiro, é um olhar lúcido e devastador sobre a História de Portugal. “Dada a forma específica de desenvolvimento da sua expansão e do seu imperialismo, Portugal definiu-se simultaneamente como o centro de um império colonial e como uma periferia da Europa (...)”, escreve a autora. O que parece ter originado uma cultura o seu tanto esquizofrénica. Margarida Calafate Ribeiro não nega, nesta entrevista ao “Mil Folhas”, que há algo de louco na História de Portugal. Mas é no fim do império, com a guerra colonial mais longa da História europeia, que a demência se absolutiza. O Tratado de Tordesilhas pode ter sido um delírio, mas sustentava-se na realidade do Mundo daquele tempo; a política africana de António de Oliveira Salazar sustentava-se em nada contra o tempo. Disso ficaram apenas traumas e um mar de ruínas.

Baseando-se em centenas de fontes históricas para elaborar o seu trabalho, Margarida Calafate Ribeiro usa ainda documentos literários, tanto antigos como contemporâneos. O que não espanta quando se sabe que a sua área inicial de estudos foi a literatura. Depois de “Uma História de Regressos”, prepara um estudo de pós-doutoramento sobre as mulheres portuguesas e a Guerra Colonial: “Escolhi as mulheres que acompanharam os maridos na frente de combate, pois após o 25 de Abril só tiveram rosto ficcional”, explica. Sobre este tema escreveu já um artigo na “Revista Crítica de Ciências Sociais”, n.º 68, de Abril de 2004. Margarida Calafate Ribeiro é investigadora associada do Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra; é doutorada em Literatura Portuguesa pelo King’s College, Universidade de Londres; foi leitora de Português em França e no Reino Unido; e professora convidada na Holanda e no Brasil. Co-organizou, com Ana Paula Ferreira, a obra colectiva “Fantasmas e Fantasias Imperiais no Im-

giniário Contemporâneo” (ed. Campo das Letras). Escreveu para a “Rivista di Studi Portoghesi e Brasiliani” (III-2001, Pisa/ Roma) um texto muito belo: “‘Ainda Falta um Grito’ – Histórias de Guerra, Trauma e Poesia na Obra de Fernando Assis Pacheco”.

Ao ler-se o seu livro “Uma História de Regressos – Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo” fica-se com a ideia inquietante de que Portugal é um manicómio. É verdade?

Há momentos na nossa História e na nossa História recente – os que têm a ver com os regressos – em que podemos utilizar essa linguagem da psiquiatria. Há loucura e loucura trágica que envolve a nossa identidade. Refiro-me à guerra colonial e à literatura da guerra colonial. Houve então supressão do humano. Nessa medida pode falar-se de loucura. A guerra colonial foi a grande tragédia da nossa contemporaneidade, não só para os rapazes que nela participaram, mas também para os pais que os viam partir e para as irmãs, namoradas e esposas que ficavam à espera. A insistência com que o Estado Novo impôs a guerra colonial mais longa em que um país europeu participou, a imposição de uma vontade, de uma maneira de estar no mundo podem também ser consideradas dementes. A poesia de Fernando Assis Pacheco (in “Musa Irregular”) mostra isso, na sua componente autobiográfica: família salazarista, filho de um “Menino da Luz”, apalhado por uma engrenagem. Mas o pai, que ameaçara alistar-se como oficial médico se ele desertasse, acabou por rever as suas posições quando Assis Pacheco foi o primeiro evacuado da frente de combate por razões neuropsiquiátricas. Essa ruptura entre o Governo de Salazar e o país foi-se aprofundando. O ministro dos Negócios Estrangeiros Franco Nogueira escreveu uma carta a Marcello Caetano muito significativa a esse respeito: acusa a burguesia de ser invertebrada, de retirar o seu apoio ao esforço africano quando se tratava de enviar os filhos para as frentes de combate e de se interessar



mais pelos negócios possíveis com a Europa do que com as colónias africanas.

Sempre houve, no entanto, tensão entre a visão imperial de Portugal e a consciência da sua pequenez. O Velho do Restelo...

Luis de Camões falou mais da dúvida do que da certeza. O Canto X, de “Os Lusíadas”, demonstra grande aflição, quando fala da “pequena casa lusitana”. A verdade é que Charles Boxer tinha razão quando definia o império português como império marítimo, espalhado geograficamente e de difícil controlo. Nisto reside a especificidade do imperialismo português: precário, deambulatório. O centro imperial será sempre precário. Por isso, como diz

Boaventura de Sousa Santos, houve mais imaginação do centro do que construção do centro. Fernão Álvares do Oriente, em “Lusitânia Transformada”, transpôs o centro do império para a periferia e foi na periferia que ele descobriu o Portugal esvaziado.

Também aconteceu depois com o Brasil.

Com o Brasil, o caso foi mais sério, porque depois da transferência do Índico para o Atlântico houve a transferência de Lisboa para o Rio de Janeiro, com deslocação da corte. Uma espécie de Reino do Novo Mundo. Nos anos 60 do século XX, houve a ideia de transferir Lisboa para o lugar onde a História estava a acontecer: Angola. Algo como o reconhecimento político da dinâmica

de Angola, um dos bastiões brancos da África Austral. A Guerra Colonial tem muito de internacional. A África do Sul e a Rodésia foram apoiadas por Portugal.

Não lhe parece também uma loucura que dois países periféricos como Espanha e Portugal ousassem dividir o mundo com o Tratado de Tordesilhas?

O Tratado de Tordesilhas é a expressão exorbitante de duas pátrias em expansão, assumindo a dimensão absoluta do sonho. O pioneirismo português é, em primeira instância, efectivo. E é consagrado n’ “Os Lusíadas”, onde Camões nos liberta da África próxima e de Gomes Eanes de Zurara e nos promete todo o desconhecido. Sem “Os Lusíadas” poderi-

amos duvidar de que aquilo aconteceu. É a loucura, mas sonhada à escala planetária. Trata-se, aliás, da grande novidade portuguesa em termos de Renascimento: um Portugal com um conceito religioso do homem ainda medieval, mas imaginado à escala planetária. Tétis diz: unir o Ocidente ao Oriente.

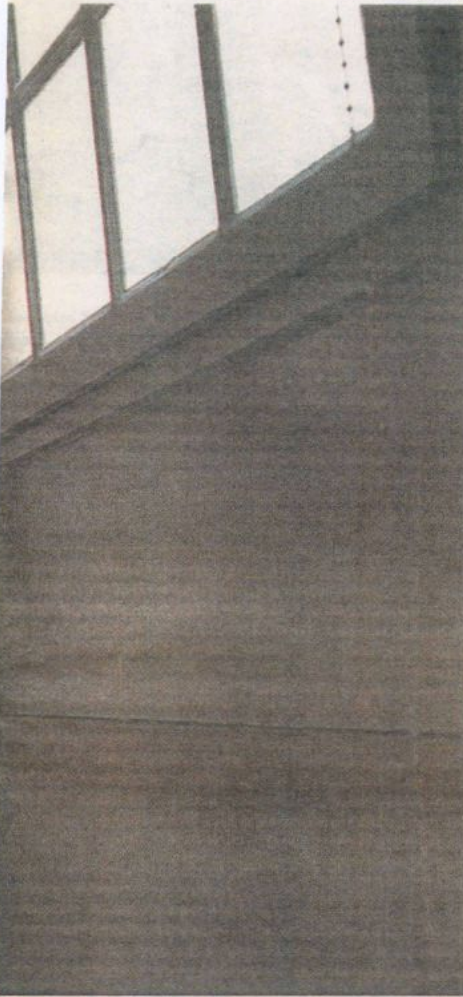
Não acha que, em “Uma História de Regressos”, por vezes pactua com a loucura? Aliás como Eduardo Lourenço ou Boaventura de Sousa Santos, que tanto cita. Sempre houve em Portugal, também, o discurso da irrisão, da desvalorização da grande gesta, não levando o herói a sério.

A ironia e o sarcasmo estiveram sempre presentes na literatura portuguesa desde

Margarida Calafate Ribeiro, tenta desenredar um novelo: foi Portugal o centro de um até que, em certo momento, foi a periferia de um império com centro no Rio de Janeiro.

houve supressão do humano'

PEDRO CUNHA



A PROPÓSITO DE UMA HISTÓRIA DE REGRESSOS

Centros imaginados

ANTÓNIO SOUSA RIBEIRO*

Em textos e entrevistas dos anos 80 e 90, José Cardoso Pires, um dos grandes desconstrutores das nossas mitologias nacionais, repetiu várias vezes, referindo-se à sua relação complexa com um Portugal tido, ao jeito do verso de O'Neill, como "remorso de todos nós", uma frase lapidar: "Este país não existe. Eu estive lá". Em "Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo", é esta mesma realidade fantasmática de um país de algum modo sempre fora de si próprio que Margarida Calafate Ribeiro nos faz revisitado. Fá-lo de uma perspectiva crítica imune à tentação mitológica que tantas vezes tem condicionado as nossas contra-mitologias. E fá-lo não só numa escala histórica de longa duração, mas também com notável fôlego teórico transdisciplinar, capaz de lançar mão, não só dos recursos dos estudos literários, sua área de especialidade, mas também, entre outros saberes, dos estudos culturais, da sociologia, da antropologia. É assim que este livro – que surge agora como o nº 19 da colecção "Saber imaginar o social" das Edições Afrontamento, dirigida por Boaventura de Sousa Santos, e tem a sua origem numa dissertação de doutoramento apresentada em 2001 à Universidade de Londres e elaborada, no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros do King's College daquela Universidade, sob a orientação de Helder Macedo – vem, sem sombra de dúvida, estabelecer um novo patamar relativamente ao qual toda a investigação no seu campo terá doravante de ser avaliada.

O trabalho de Margarida Calafate Ribeiro tem directamente por objecto o que tem vindo a chamar-se a literatura da Guerra Colonial. Centra-se, fundamentalmente, em textos de carácter ficcional, dos mais canónicos, como "Os Cus de Judas" ou "A Costa dos Murmúrios", aos menos conhecidos e estudados, mas interessa-se pelo conjunto amplo dos textos integráveis no "corpus" daquela literatura – é notório, por exemplo, como a produção poética de Fernando Assis Pacheco constitui, quase como comovida homenagem, uma referência fundamental. O objecto directo do trabalho, tema dos dois longos capítulos finais, surge, contudo, integrado numa ampla perspectiva, desenvolvida nos dois primeiros capítulos, intitulados, respectivamente, "Onde a terra se acaba

Uma História de Regressos – Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo

AUTORA Margarida Calafate Ribeiro

EDITORA Afrontamento
464 págs., €17,02



Ana Paula Ferreira, e publicada pela editora Campo das Letras. O conceito do "império como imaginação do centro", é adaptado pela autora a partir da tese do Estado português como imaginação-do-centro formulada em vários trabalhos por Boaventura de Sousa Santos. É esse conceito que lhe permite abordar, da perspectiva de uma teoria crítica pós-colonial, o significado estrutural da condição semiperiférica da sociedade portuguesa para a criação das mitologias identitárias condensadas na figura do Império. Como escreve a autora, só se imagina o centro quando se tem vivência de periferia; e é esta posição intermédia, entre Próspero e Caliban, para referir de novo a matriz interpretativa de Boaventura de Sousa Santos, que dá substância à singularidade identitária que o livro toma como núcleo integrador do seu problema de investigação.

É um lugar-comum abundantemente glosado, mas nem por isso menos problemático, o postulado de que a obsessão identitária representa um factor determinante da singularidade da cultura portuguesa o quase uma essência original. A verdade é que um olhar comparativo não terá grande dificuldade em diagnosticar a prevalência desta mesma questão em muitos outros contextos nacionais. Mas não deixa, evidentemente, de ser também verdade que, no contexto português, a questão da identidade, nas suas múltiplas formas, incluindo, como quer Eduardo Lourenço, o modo da hiper-identidade, assume um significado central. Do que se trata, justamente, é de ir além desta simples constatação e passar à análise concreta das configurações específicas do problema ao longo da nossa história, enquadrando-as no âmbito dos factores estruturais que lhes dão sentido. É isto que "Uma história de regressos", explorando e aprofundando o conceito de "imaginação do centro" que toma como ponto de partida, contribui, e muito, para esclarecer. Trata-se de um livro que nos dá muitas respostas, mas não incorre na pretensão de ter respostas para tudo e não abandona nunca a produtividade do modo interrogativo. Por isso mesmo, ao mesmo tempo que constitui uma profunda e original síntese histórica, é um livro que nos dá também instrumentos essenciais para pensar o nosso presente e o nosso futuro. *

* Professor da Universidade de Coimbra

a Idade Média. Considero que foram os surrealistas que a levaram mais longe. Mário Cesariny, por exemplo, quando desvaloriza a idolatria de Fernando Pessoa e, em "Louvor e Simplificação de Álvaro de Campos", transforma os barcos míticos em barcos reais, proletários, os prosaicos cacilheiros sem sonho e sem horizonte. A ironia é uma maneira hábil de lidar com o absurdo. Desde o século XIX que havia uma inversão de perspectiva, um regresso ao Velho do Restelo. A dúvida instala-se: somos ou não somos uma pátria? Almeida Garrett dá a resposta terrível do Romeiro, "Ninguém", ou põe-se a subir o Tejo, virando as costas ao Atlântico, à procura do Portugal real e da Europa. Eça de Queiroz propõe a

venda das colónias, coisa que nem é inédita na história mundial: a França vendeu e a Rússia também. Mas, atenção!, todos balançam entre a glorificação e a perdição, como o prova o discurso melancólico de Eça em "A Ilustre Casa de Ramires".

Portugal não corre o risco de se tornar hoje periférico em relação à Europa, ou de a mitificar como centro?

Só se imagina o centro quando se tem a vivência da periferia. Foi a posição de fronteira em relação à Europa que levou ao sonho, à miragem de um vago império situado no Atlântico Sul. A metáfora de José Saramago funciona neste caso. Luanda, por exemplo, com a sua burguesia autóctone e mestiça >>>

> Margarida Calafate Ribeiro



PEDRO CUNHA

desde o século XIX, fica um pouco fora da realidade de Angola. Isto tem consequências na colonização, que a tornam diferente das outras colonizações europeias. E não quero cair no luso-tropicalismo.

Porquê?

O luso-tropicalismo é a adopção de uma ideia brasileira sobre o antigo império – o que não deixa de ser curioso –, mas é um discurso do colono sobre a colonização. Gilberto Freyre é um colono. O discurso final do império português foi um discurso de guerra, não o de Gilberto Freyre, apenas utilizado como ideologia de justificação. Todo o centro imperial é precário, desde os gregos e os romanos que assim é. Mas a mobilidade imposta pelo império não está hoje a ser bem utilizada pela lusofonia, pois por aí se deveria traçar o regresso a casa e a nossa especificidade.

E qual a razão de esse discurso vir do Brasil?

Por causa da Contra-Reforma e da Inquisição peninsulares, é para o Brasil que emigra a sociedade cosmopolita, os cristãos-novos, que começa a construir outra coisa. Exportámos um Portugal futuro e não será por acaso que o Padre António Vieira nasceu no Brasil... Muita gente foi para o Brasil depois de Alcácer-Quibir. As chamadas "órfãs da rainha" – filhas de fidalgos caídos em Alcácer-Quibir – foram para lá mandadas; casando, fundariam a nova aristocracia brasileira. Passos acidentais? Programados? Seja como for, passos que nos obrigaram a ter o Brasil como colónia mental. Eça de Queiroz não se engana, com a sua ironia, quando afirma, logo no século XIX, que era o Brasil que nos colonizava a nós, portugueses. A África era outra coisa: até muito tar-

A ironia e o sarcasmo estiveram sempre presentes na literatura portuguesa desde a Idade Média. Considero que foram os surrealistas que a levaram mais longe.

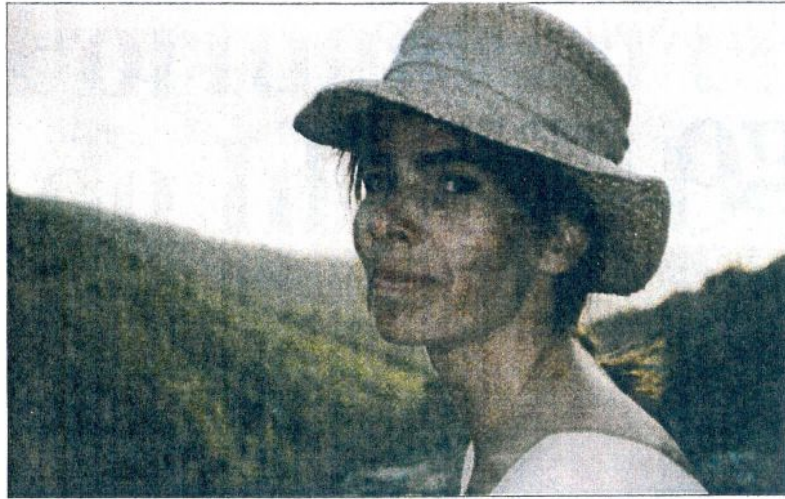
de, uma terra de degredados. Angola era administrada por brasileiros escravagistas. Só quando a Europa acordou para África é que Portugal acordou também. E Angola passou a ser olhada como um novo Brasil. A sombra do Brasil abateu-se sobre a História de Portugal.

Analisa no seu livro, e em capítulo à parte, "Os Cus de Judas", de António Lobo Antunes; "Autópsia de um Mar de Ruínas", de João de Melo; "Jornada de África", de Manuel

Alegre; e "A Costa dos Murmúrios", de Lídia Jorge. Da leitura dos seus textos fica a impressão de que o olhar de Lídia Jorge é o mais saudável. É verdade?

Estou a escrever um trabalho sobre as mulheres e a guerra colonial e cheguei à conclusão de que só em Portugal elas acompanharam os homens na frente de combate. O romance de Lídia Jorge – que foi com o marido, oficial miliciano – é, assim, o testemunho de alguém que acompanhou alguém que estava na guerra. Depois, elas não eram guerreiras, integraram-se no mercado de trabalho local. Falavam com as pessoas, faziam perguntas e davam respostas. O seu olhar tornou-se, por isso, mais lúcido, devido simultaneamente à proximidade e ao distanciamento. E a realidade de Moçambique – que foi onde Lídia Jorge esteve – era específica: uma colónia portuguesa muito colonizada pela África do Sul... como Portugal, no século XIX, era potência administrante do Brasil e colonizado pela Inglaterra. Periferias duplas. Mas o interessante é que, no século XIX, Eça e os seus companheiros de geração tinham uma visão organicista de Portugal, e no século XX estes escritores falam de corpos verdadeiros, destroçados. Nenhum deles é muito europeísta. Manuel Alegre acha que temos de levar à Europa a relação única que tivemos com outros povos (até Amílcar Cabral fala desse mito de povos que têm traços comuns). Alegre sente a nostalgia desse Portugal central. Não há grandes rupturas na maioria destes escritores que escolhi. O único que dá o golpe de misericórdia é Lobo Antunes. É autêntico e frágil. Regista a impossibilidade de regresso. *

breve encontro



Margarida Calafate Ribeiro

As malhas do Império

É das malhas que o Império tece (para usar a expressão consagrada por Fernando Pessoa) que se ocupa, há vários anos, a investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Margarida Calafate Ribeiro. Após a conclusão de uma tese de doutoramento no King's College, de Londres (sob a orientação de Helder Macedo), publicou agora o livro que resulta da adaptação desse trabalho – *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo* (edição Afrontamento), depois de ter co-dirigido, com Ana Paula Ferreira, a obra *Fantasmagorias e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*, lançada pela Campo das Letras no final do ano passado. Em ambos os casos, cruza as linguagens e métodos do ensaio literário com os da investigação sociológica.

Jornal de Letras – Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo é um título suficientemente abrangente para lá caber as Histórias de vários povos. Qual foi o ponto de partida?

Margarida Calafate Ribeiro – A obra literária do poeta Rui Cinatty. Como se sabe, Timor era a sua pátria de eleição, mas também fala de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. Reconhece ali identidades culturais, mas, como seria de esperar numa pessoa da sua geração, nunca as vê como nacionais. Esse é um ponto que me parece extremamente importante. Fui ver o que estava para a frente e o que estava para trás desse Império, já que foi também uma questão geracional que me levou ao tema.

JL – Em que medida?

MCR – Eu tinha oito anos quando aconteceu o 25 de Abril. Tive a felicidade de crescer em liberdade, mas interessou-me muito o que foi esse extraordinário movimento do final do Estado Novo que a geração dos meus pais viveu com grande alegria. No entanto, esse sonho estava manchado pela tragédia da nossa contemporaneidade que foi a Guerra Colonial. A verdade é que ainda nos pesa imenso ter terminado o Império com essa guerra e não com um discurso que às vezes se pretende luso-tropical. Este livro procura interpretar não só a questão da guerra colonial especificamente, mas vai bem

se anuncia ali. Fala muito da grande convicção heróica, é certo, mas também fala do perigo que esse excesso de domínios traz à pequena casa lusitana. É uma epopeia muito mais da dúvida do que da certeza.

JL – E a partir de Camões, foi, por aí fora, referindo-se às representações de Império veiculadas por outros autores nacionais?

MCR – Num primeiro capítulo procurei abordar a imaginação desse Império de Camões ao Padre António Vieira. Retomei a ideia de «imaginação do centro» concebida por Boaventura de Sousa Santos e adaptei-a, para minha conveniência, a «Império como imaginação do centro». Só se imagina o centro quando se tem existência de periferia. De algum modo, procurei fazer um epitáfio dos Impérios.

JL – E que consiste em quê?

MCR – É uma coisa anterior à Guerra Colonial e consiste em mostrar como a literatura e as artes plásticas tiveram sempre um discurso pioneiro em relação à nossa historiografia. Muita literatura dos anos 60 e 70 faz já o anúncio dos barcos naufragados. É o caso de Fiama Hasse Pais Brandão (com *Barcas Novas*). A belíssima gravura de Bartolomeu

Cid dos Santos, «Portuguese Man of War», é de 1961, o ano em que se desencadeou a luta armada nas então colónias portuguesas. Por outro lado, também não podemos esquecer a própria poesia de Fernando Pessoa que diz que os barcos já não são reais, mas míticos.

JL – O trabalho que está a desenvolver no Centro de Estudos Sociais, em Coimbra, relaciona-se ainda com esta investigação?

MCR – Relaciona-se profundamente. No final desta tese, fiz uma proposta de pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais no sentido de estudar «As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial». O meu grupo de interesse é as mulheres portuguesas que acompanharam os seus maridos em missão, o que é uma atitude bastante original. São situações de que não há registo e de que não se falava até Lúcia Jorge escrever *A Costa dos Marmúrios*. Uma vez mais é a literatura que tomou a dianteira em relação às Ciências Sociais.